

ARTIGO



**O FIM DA INTERVENÇÃO LIBERAL E A TRANSFORMAÇÃO
GEPOLÍTICA NO SAHEL CENTRAL**

***THE END OF LIBERAL INTERVENTION AND GEOPOLITICAL
TRANSFORMATION IN THE CENTRAL SAHEL***

***LA FIN DE L'INTERVENTION LIBERALE ET LA RECONFIGURATION
GEPOLITIQUE DU SAHEL CENTRAL***

Por Augusto Gabriel Colório

Augusto Gabriel Colório
Mestrando em Geopolítica e Prospectiva pelo
Instituto de Relações Internacionais e
Estratégia (IRIS, França), Mestre em Conflito e
Segurança Internacional pela Universidade de
Kent (Reino Unido)
E-mail: augustocolorio@hotmail.com.

Submetido: 14/10/2025
Aceite: 14/12/2025

Como citar
COLÓRIO, Augusto Gabriel. O fim da
intervenção liberal e a transformação
geopolítica no Sahel Central. **Boletim
GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p. 43-64, jul.-dez. 2025.



RESUMO

Este artigo analisa a falência do modelo de intervenção liberal no Sahel Central e suas implicações geopolíticas. Fundamentado nos estudos críticos de segurança, argumenta-se que a paz liberal se mostrou incapaz de responder às dinâmicas complexas da região, marcada por fragilidade estatal, dependências históricas e heranças neocoloniais. Longe de promover estabilidade, o modelo liberal contribuiu para a consolidação de uma militarização dependente, particularmente em relação à França e aos Estados Unidos, e para a ampliação da crise de segurança. O colapso desse paradigma tornou-se evidente entre 2020 e 2023, com a ascensão de regimes militares em Mali, Burkina Faso e Níger e a formação da Confederação dos Estados do Sahel, iniciativas que expressam uma tentativa de reconstruir a soberania e afirmar uma autonomia estratégica regional. O estudo apoia-se em uma abordagem qualitativa, ancorada nos estudos críticos de segurança, e utiliza pesquisa bibliográfica e documental como principais técnicas de análise. Conclui-se que o caso do Sahel valida as críticas teóricas à paz liberal como instrumento de gestão das periferias globais, marcando um ponto de inflexão na legitimidade das normas e instituições que sustentaram o liberalismo internacional no pós-Guerra Fria. **Palavras-chave:** Sahel. Paz Liberal. Geopolítica.

ABSTRACT

This article analyzes the failure of the liberal intervention model in the Central Sahel and its geopolitical implications. Grounded in critical security studies, it argues that liberal peace has proven incapable of addressing the region's complex dynamics, marked by state fragility, structural dependency, and neocolonial legacies. Rather than promoting stability, the liberal model contributed to the consolidation of a dependent militarization, particularly toward France and the United States, and to the deepening of the security crisis. The collapse of this paradigm became evident between 2020 and 2023, with the rise of military regimes in Mali, Burkina Faso, and Niger, and the creation of the Confederation of Sahel States — initiatives that express an attempt to rebuild sovereignty and assert regional strategic autonomy. The study adopts a qualitative approach, anchored in critical security theory, and relies on bibliographic and documentary research as its main analytical tools. It concludes that the Sahel case confirms theoretical critiques of liberal peace as an instrument for managing the global periphery, marking a turning point in the legitimacy of the norms and institutions that sustained international liberalism in the post-Cold War era.

Key-words: Sahel. Liberal Peace. Geopolitics

RESUMEN

Cet article analyse l'échec du modèle d'intervention libéral au Sahel central et ses implications géopolitiques. S'appuyant sur les études critiques de sécurité, il soutient que la paix libérale s'est révélée incapable de répondre aux dynamiques complexes de la région, marquée par la fragilité étatique et les héritages néocoloniaux. Loin de favoriser la stabilité, le modèle libéral a contribué à une militarisation dépendante, notamment envers la France et les États-Unis, tout en accentuant la crise sécuritaire. L'effondrement de ce paradigme s'est manifesté entre 2020 et 2023, avec l'ascension de régimes militaires au Mali, au Burkina Faso et au Niger, ainsi que la création de la Confédération des États du Sahel — initiatives exprimant une volonté de reconstruire la souveraineté et l'autonomie stratégique régionale. L'étude adopte une approche qualitative, ancrée dans la théorie critique de la sécurité, et s'appuie sur une recherche bibliographique et documentaire. Le cas du Sahel confirme ainsi les critiques théoriques de la paix libérale en tant qu'instrument de gestion des périphéries globales, marquant un tournant dans la légitimité des normes et institutions qui ont soutenu le libéralisme international après la guerre froide.

Mots-Clés : Sahel. Paix Libérale. Géopolitique.

INTRODUÇÃO

Desde as independências na década de 1960, os países do Sahel Central — Mali, Burkina Faso e Níger — permaneceram sob forte influência euro-estadunidense, especialmente da França. A crise da Líbia em 2011, contudo, inaugurou uma nova etapa de presença estrangeira na região, ao colocar o Sahel Central no centro da agenda internacional de segurança em razão da expansão do jihadismo. A França assumiu o protagonismo com a Operação Serval (2013) e, posteriormente, com a Barkhane (2014–2022). Paralelamente, a Organização das Nações Unidas estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (2013–2023), enquanto a União Europeia implementou as missões Missão de Treinamento da União Europeia no Mali e Missão da União Europeia para a Capacitação no Sahel, e os Estados Unidos mantiveram bases de drones e inteligência no Níger. Ancorada em um modelo de paz liberal, essa arquitetura de intervenção externa combinava objetivos de estabilização, reconstrução institucional e promoção democrática, articulando segurança e desenvolvimento sob um enquadramento normativo ocidental (Bagayoko, 2024).

Entretanto, ao longo da década seguinte, esse modelo revelou seus limites, uma vez que o Sahel se aprofundou em uma onda de violência e instabilidade política, marcada pela persistência dos grupos armados e pelo agravamento da crise humanitária. A incapacidade das potências estrangeiras de conter a deterioração da segurança, somada à percepção de ingerência externa e continuidade neocolonial, alimentou um crescente sentimento de frustração social e de rejeição à presença estrangeira. Como observa Gassama (2024), o “sentimento antifrancês” não constitui um fenômeno recente, mas uma postura política enraizada na crítica ao legado colonial e às ingerências pós-independência. Esse contexto de deslegitimação do modelo liberal criou as condições para o rompimento de um padrão nas relações internacionais dos Estados do Sahel. Entre 2021 e 2023, Mali, Burkina Faso e Níger vivenciaram golpes militares liderados, respectivamente, por Assimi Goïta, Ibrahim Traoré e Abdourahamane Tchiani. Em seus discursos, as juntas militares reivindicaram a necessidade de reconstruir o Estado, restaurar a soberania e redefinir alianças externas, denunciando a subordinação das agendas nacionais às prioridades estratégicas ocidentais. Essa inflexão deu origem a uma nova narrativa de poder, que se consolidou com a criação da Confederação dos Estados do Sahel (CES) em 2024, expressando uma tentativa de reorganizar regionalmente a defesa, o desenvolvimento e a soberania. Longe de simples rupturas institucionais, esses movimentos apresentaram-se como respostas políticas ao fracasso da intervenção liberal.

O fenômeno dos golpes recentes insere-se em uma longa trajetória de instabilidade política no continente. Como destaca o estudo do Instituto Tricontinental (2025), entre 1950 e 2022 a África concentrou 214 das 486 tentativas de golpes de Estado registradas no mundo. No entanto, se muitos desses golpes na África estiveram frequentemente associados a disputas internas pelo poder e à influência direta das ex-metrópoles, as juntas militares do Sahel Central ascenderam com discursos panafricanistas e soberanistas. Esse repertório político, em grande parte marginalizado desde o fim do bloco soviético, ressurge agora como fundamento de uma nova legitimidade, ao reivindicar o Estado como instrumento de emancipação nacional e não como obstáculo à democratização. As lideranças militares da região propõem, assim, uma reconstrução soberanista das capacidades políticas, econômicas e securitárias, articulada à rejeição das tutelas externa (Simura, 2024). O ciclo iniciado em 2020, portanto, nos parece que não deve ser interpretado como um simples retorno ao autoritarismo, mas como uma inflexão na narrativa política panafricanista e na própria lógica de intervenção internacional, marcando o declínio do paradigma liberal no Sahel.

Tendo como pano de fundo esse cenário, o presente artigo tem por objetivo compreender o fim da intervenção liberal no Sahel Central e suas implicações geopolíticas, a partir de uma abordagem qualitativa ancorada nos estudos críticos de segurança e sustentada por pesquisa bibliográfica e documental. Argumenta-se que o declínio do paradigma da paz liberal na região reflete tanto os limites estruturais das intervenções ocidentais quanto as ambições internas dos Estados sahelianos de construir uma autonomia estratégica e redefinir suas alianças em direção a novos parceiros. Para tanto, o artigo se estrutura em três partes. Na primeira, discutimos o conceito de paz liberal e seus paradigmas, destacando as principais críticas formuladas pela literatura crítica de segurança internacional. Em seguida, analisamos a presença estrangeira no Sahel Central a partir da crise de segurança inaugurada em 2013. Por fim, examinamos as bases políticas e estruturais que conduziram ao enfraquecimento desse modelo e à retirada das forças estrangeiras entre 2022 e 2023.

A PAZ LIBERAL E SEUS CRITICOS NO PÓS-GUERRA FRIA

O fim da Guerra Fria foi acompanhado pelo triunfo das expectativas liberal-democráticas, expressas na crença de que a expansão da democracia representativa e da economia de mercado inauguraria uma era de paz e cooperação global. O chamado “fim da história”, proposto por Fukuyama (1992), sintetizava esse otimismo, ao prever o estabelecimento de uma nova ordem mundial fundada na convergência liberal. Nesse contexto,

emergiu a hegemonia norte-americana, sustentada por um ideário de “paz liberal” que associava estabilidade política à liberalização econômica, ao Estado de direito e à cooperação multilateral. No continente africano, o colapso da União Soviética implicou uma perda de relevância estratégica na geopolítica global, encerrando décadas em que o continente fora campo de disputa entre os blocos. A retração do interesse internacional e a imposição de reformas políticas e econômicas liberais coincidiram com o surgimento de novas formas de conflitualidade, caracterizadas por guerras civis, deslocamentos populacionais, criminalidade transnacional, genocídios, como em Ruanda em 1994, colapsos estatais, como na Somália e na Libéria, e crises humanitárias e sanitárias, como a epidemia de HIV. Parte da intensificação desses conflitos internos esteve relacionada às tentativas de “democratização” induzidas externamente, nas quais os Estados africanos foram levados a adotar modelos institucionais liberais sem a devida mediação de seus contextos históricos e socioculturais. Como observa Visentini et al (2020), a imposição de novas formas de governança pública baseadas no Estado liberal ocidental expôs contradições étnicas, políticas e culturais latentes, contribuindo para o agravamento da violência política. Esse período ficou conhecido como o do “afropessimismo”, quando o continente passou a ser retratado como um espaço condenado à instabilidade, à pobreza e à violência crônica (Wapmuk; Akinkwotu, 2018).

Diante das transformações geopolíticas do pós-Guerra Fria, as estratégias internacionais mostraram-se incapazes de lidar com as crises estruturais dos Estados situados na periferia do sistema internacional. No caso africano, a Organização das Nações Unidas (ONU), que durante a Guerra Fria atuava sobretudo na mediação de disputas interestatais e fronteiriças, viu-se diante da complexidade dos conflitos internos de natureza multidimensional — marcados por fragmentação social, colapso institucional e economias de guerra — sem dispor dos instrumentos políticos e operacionais necessários para mediá-los. Nesse cenário, consolidaram-se as novas bases de intervenção internacional, voltadas a conter crises intraestatais por meio de políticas de estabilização, reconstrução institucional e promoção da governança democrática. Surge, assim, o paradigma da paz liberal, apresentado como uma resposta ocidental às guerras civis e às crises de governabilidade do pós-Guerra Fria.

Essa abordagem tem origem no pensamento liberal das relações internacionais, particularmente na tradição kantiana segundo a qual o fortalecimento das democracias e a expansão do comércio entre os povos constituiriam as condições para uma paz duradoura. Em sua vertente contemporânea, a paz liberal passou a defender que a construção da paz dependeria do desenvolvimento simultâneo de instituições políticas democráticas, economias de mercado

abertas e Estados de direito, considerados pilares de uma ordem internacional estável e previsível (Doyle 1997, Paris 2004). Como apontam o *An Agenda for Peace* (ONU, 1992) e o relatório *Governance and Development* (World Bank, 1992), a década de 1990 marcou a incorporação explícita da relação entre segurança, desenvolvimento e governança democrática nas agendas multilaterais. A partir desse momento, as intervenções internacionais adquiriram um cunho abertamente liberal, estruturando-se em torno de estratégias de *state-building*, *nation-building* e reformas de governança. Bellamy e Williams (2010) destacam que esse novo arranjo rompeu com o modelo anterior de operações de paz, baseado na soberania estatal e na neutralidade características da Guerra Fria, ao incorporar objetivos políticos explícitos de transformação institucional. No novo contexto, as intervenções liberais passaram a se materializar por meio de programas e instrumentos práticos como as iniciativas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), Reforma do Setor de Segurança (SSR), reformas judiciais e eleitorais, e mecanismos de fortalecimento da governança pública (Bellamy; Williams, 2010). Na prática, essa orientação encontrou terreno fértil na década de 1990 em cenários como os Bálcãs, o Afeganistão, Timor-Leste e Serra Leoa, considerados laboratórios da paz liberal.

No entanto, o modelo de paz liberal e suas práticas têm sido examinado de maneira diferente por autores do campo dos estudos críticos de segurança internacional. O núcleo dessas críticas reside na subordinação das vontades políticas locais às agendas externas, bem como na reprodução das hierarquias políticas e econômicas globais sob o discurso da cooperação e da assistência internacional. Para autores como Duffield (2001), Pugh (2004) e Richmond (2006), a paz liberal, quando imposta de fora, constitui um mecanismo de controle e reprodução de desigualdades globais e não um projeto de emancipação. O léxico com os conceitos de cooperação, reconstrução e ajuda humanitária mascaram, assim, uma prática política de dominação e dependência, por meio da qual as potências ocidentais mantêm capacidade de interferência nos rumos políticos e institucionais dos Estados periféricos. Para Duffield (2001), por exemplo, o fim da Guerra Fria permitiu que a paz liberal se consolidasse como um modelo de governança global que articula uma fusão entre segurança e desenvolvimento. Para o autor, a lógica dessa estratégia não seria apenas conter a violência por meio da gestão de conflitos e estabilização, mas administrar as populações e os territórios do Sul global, considerados zonas de risco ou de instabilidade sistêmica. A lógica das iniciativas de cooperação no Sul Global passa, assim, a desempenhar uma função de controle à distância e de integração seletiva dessas sociedades à ordem internacional liberal.

Richmond (2006), por sua vez, enfatiza como as estratégias da paz liberal reproduzem uma visão ocidental de ordem e progresso, fundamentada em concepções liberais de democracia, economia e direitos humanos. Contudo, na prática, tais intervenções tendem a impor o que o autor denomina de “paz negativa”, isto é, a cessação da violência direta entre grupos armados sem, entretanto, superar as estruturas profundas de exclusão, desigualdade e dominação que alimentam a violência. Para Richmond, essa abordagem ignora as dinâmicas locais de agência e resistência, transformando o processo de paz em um projeto de engenharia institucional orientado por valores e práticas exógenas. De modo convergente, Pugh (2004) destaca a dimensão econômica da paz liberal, argumentando que sua racionalidade é moldada por uma lógica neoliberal, na qual a assistência internacional e a reconstrução pós-conflito são condicionadas à implementação de reformas de mercado e programas de ajuste fiscal. Assim, nos contextos de estabilização, o investimento social e o desenvolvimento humano tendem a ser substituídos pela gestão financeira da crise, priorizando o equilíbrio macroeconômico e a integração aos fluxos globais de capital. Essa economia política da segurança, para o autor, reforça a dependência estrutural dos países periféricos em relação às instituições financeiras internacionais e às potências doadoras. No campo militar, esse processo manifesta-se na forma de uma militarização dependente, em que as limitações tecnológicas e produtivas dos países do Sul global os levam a depender de importações de armamentos e da assistência técnica proveniente do Norte. Como argumentam Wulf (1979) e Saint-Pierre e Silva (2021), a militarização dependente impõe um paradoxo estrutural: quanto mais os Estados recorrem a agentes externos para sua defesa e segurança, mais se aprofundam os laços de dependência, perpetuando a hierarquia internacional e restringindo sua autonomia estratégica e política.

De maneira geral, embora a narrativa da paz liberal se apresente como um projeto universal de reconstrução política e institucional orientado por valores democráticos, de mercado e de direitos humanos. Sua prática, longe de promover uma paz emancipatória, funciona como mecanismo de governança internacional, voltado à gestão das crises na periferia e à reprodução das hierarquias e dependências estruturais do sistema mundial. Essa conceitualização é essencial para compreendermos o caso do Sahel Central, onde o discurso da “estabilização” e do “combate ao terrorismo” se traduziu, na prática, em novas formas de tutela externa, dependência securitária e contestação política. Antes de avançarmos para essa análise, é necessário examinar como se configurou a presença estrangeira na região, especialmente após a derrubada do regime líbio em 2011, evento que marcou o início de uma nova fase de instabilidade e reconfiguração das dinâmicas de segurança no Sahel.



A INTERVENÇÃO INTERNACIONAL NO SAHEL CENTRAL (2013–2023): O SAHEL COMO EXPERIMENTO DA PAZ LIBERAL

A partir da conceitualização da paz liberal como instrumento de governança global, podemos compreender que a intervenção internacional no Sahel Central representou uma tradução prática desse paradigma. Sob o discurso da estabilização e do combate ao terrorismo, as potências ocidentais implementaram um conjunto de operações civis e militares que visavam simultaneamente conter a expansão jihadista e reconfigurar a arquitetura política e institucional dos Estados da região.

Marcada por dinâmicas históricas de violência e resistência, o Sahel Central foi profundamente afetado pelas rebeliões sociais, conhecidas por Primavera Árabe, que abalaram os regimes autoritários do Norte da África e do Oriente Médio e transformaram a arquitetura de segurança regional desde 2010. A consequente desestruturação do Estado líbio após a intervenção do eixo euro-estadunidense em 2011, com base na responsabilidade de proteger, criou as condições favoráveis à proliferação de grupos armados que passaram a disputar influência política e militar em vastas zonas fronteiriças da região. Nesse contexto, destacou-se a quarta rebelião tuaregue no norte do Mali (2012)¹, retomando antigas reivindicações de autonomia já expressas desde as independências dos anos 1960 (Bandeira, 2017). Paralelamente, grupos salafistas-jihadistas se fortaleceram, explorando tanto as fragilidades estatais quanto a porosidade das fronteiras para expandir suas atividades, em especial na região de Liptako-Gourma. Essa expansão foi sustentada por redes ilícitas de tráfico de armas, migrantes e combatentes, contribuindo para aprofundar a instabilidade regional (UNODC, 2024). Como resultado, o Sahel tornou-se epicentro de uma das mais graves crises humanitárias contemporâneas, marcada por confrontos entre movimentos separatistas, grupos jihadistas e forças estatais, agravados por deslocamentos massivos de populações, insegurança alimentar e os efeitos das mudanças climáticas (Bandeira, 2017).

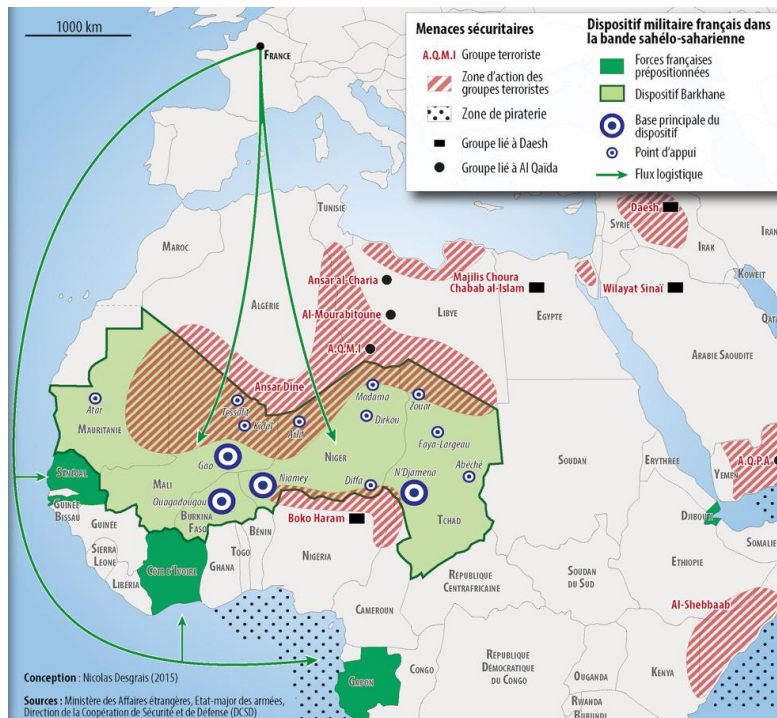
Incapazes de conter a degradação da situação securitária, os governos da região recorreram ao apoio externo de países do eixo euro-estadunidense, em um processo que Corten (2023) denomina de intervenção por convite. Em 11 de janeiro de 2013, o governo francês anunciou o início da Operação Serval, apresentada como resposta à ofensiva de grupos armados

¹ Os tuaregues são um povo berbere nômade que habita principalmente as regiões desérticas do Saara central e do Sahel, distribuindo-se entre Mali, Níger, Argélia, Líbia e Burkina Faso. No período pós-colonial, muitos grupos tuaregues se viram marginalizados pelos Estados nacionais, o que alimentou uma série de rebeliões registradas em 1963, 1990, 2006 em defesa da autonomia territorial, especialmente no norte do Mali e do Níger.



no norte do Mali em direção à capital, Bamako. Paris mobilizou suas forças armadas com apoio logístico dos Estados Unidos e de aliados europeus, em uma operação planejada inicialmente para ser de curta duração. Após cerca de um ano, as tropas francesas retomaram o controle das principais cidades do norte do Mali — Gao, Kidal e Timbuktu — enfraquecendo as forças islâmicas e independentistas do Movimento Nacional de Libertação do Azawad (MNLA) (France 24, 2014). A região do Azawad, que cobre cerca de 60% do território malinês, é estratégica para a soberania do país, entretanto, apesar do sucesso militar inicial, os conflitos interétnicos, as rivalidades entre grupos armados e a fragilidade do Estado mantiveram-se como fatores estruturais de instabilidade (Ollivier, 2022). Diante desses impasses, a França redefiniu sua postura e regionalizou sua presença militar por meio da Operação Barkhane (2014–2022), como pode ser visto na figura abaixo. Essa nova missão, mais ampla e de longa duração, tinha como objetivo declarado combater o terrorismo em toda a faixa saheliana e apoiar as forças de segurança locais na consolidação territorial dos Estados. A Operação Barkhane institucionalizou uma presença securitária permanente, articulada com missões da ONU (MINUSMA) e da União Europeia (EUTM Mali, EUCAP Sahel), configurando o que Duffield (2001) descreveria como um complexo de governança híbrida, no qual a ajuda militar e humanitária se confundem como instrumentos de gestão política da periferia global.

Figura 1. Regionalização da presença militar francesa no Sahel diante do jihadismo



Fonte: Cassini; Desgrais, 2015.

Com o estabelecimento da Operação Barkhane, o número de tropas estacionadas na região foi significativamente ampliado e o quartel-general transferido para N’Djamena no Chade, consolidando o país como centro logístico das operações francesas. Paris expandiu e institucionalizou sua presença para outros quatro países: Burkina Faso, Chade, Mauritânia e Níger – reforçando antigos acordos bilaterais de defesa estabelecidos no período pós-colonial. Esses tratados foram atualizados para permitir o estacionamento permanente de tropas francesas em bases locais com o consentimento formal dos governos nacionais, o que, na prática, garantiu à França amplo acesso estratégico e livre uso das instalações militares (Lejeal, 2024). A partir dessa rede de cooperação, os cinco países envolvidos criaram o G5 do Sahel (2014), um quadro institucional voltado ao fortalecimento da coordenação regional em matéria de segurança e desenvolvimento em parceria com a França, a União Europeia e a ONU. Em 2017, essa parceria culminou na criação da Força Conjunta do G5 Sahel (FC-G5S) concebida para atuar conjuntamente com a Operação Barkhane em operações de combate ao terrorismo e de vigilância fronteiriça. Na prática, a FC-G5S dependia amplamente de financiamento e apoio técnico internacionais, o que reforçava a assimetria de capacidades entre os países da região e seus parceiros externos (Sandness, 2022).



Embora com uma presença mais discreta, os Estados Unidos também desempenharam um papel crescente na arquitetura de segurança do Sahel Central. Desde o início dos anos 2000, com a Guerra ao Terror declarada por Washington, a região passou a ocupar uma posição estratégica no enfrentamento ao terrorismo internacional. A criação da Iniciativa Transaariana de Contraterrorismo (TSCTI) em 2005 e, posteriormente, do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM) em 2008, consolidaram o engajamento norte-americano na região, especialmente por meio de apoio logístico, tecnológico e de inteligência a operações antiterroristas no continente (Visentini et al., 2020). E, segundo Keenan (2013), essa estratégia também serviu para reconfigurar a presença militar norte-americana na África sob a retórica do combate ao terrorismo, ao mesmo tempo em que buscava controlar áreas de interesse geoestratégico e recursos energéticos, como o petróleo e o urânio. Desde 2018, Washington estabeleceu diversas instalações militares no Mali, Níger e Burkina Faso, sendo a Base Aérea 201 de Agadez (Níger) o principal centro de operações de drones e coleta de informações do AFRICOM no Sahel (Bandeira, 2017). Essa infraestrutura ampliou de forma significativa a capacidade de vigilância aérea e monitoramento regional, consolidando o Sahel como um espaço de projeção estratégica das potências do eixo euro-estadunidense.

Paralelamente, em abril de 2013 por meio da Resolução 2100 do Conselho de Segurança da ONU, estabeleceu-se a *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali* (MINUSMA), o principal instrumento multilateral da agenda de intervenção liberal no Sahel. Com mais de 15 mil integrantes entre militares, policiais e civis, a MINUSMA representou uma das mais complexas e custosas operações da ONU no continente africano. Seu mandato abrangia desde a proteção de civis e monitoramento do cessar-fogo até o apoio ao processo político e à reconstrução institucional do Mali (ONU, 2025). Na prática, porém, a missão expressou as ambiguidades do modelo de paz liberal: enquanto visava reconstruir o Estado e promover eleições, operava num contexto de guerra ativa, sem cessar-fogo efetivo, e em cooperação estreita com as forças francesas. Assim, a presença da ONU acabou reforçando o caráter securitário da intervenção, priorizando a estabilização militar em detrimento de soluções políticas inclusivas (NUPI, 2021).

Em conjunto, a atuação da França, da ONU, da União Europeia e dos Estados Unidos ilustra a consolidação de uma ordem securitária liberal no Sahel Central, ao mesmo tempo em que configura a região como um território laboratorial das políticas globais de segurança liberal. Trata-se de uma vasta teia de operações interconectadas, cuja complexidade compromete, em muitos casos, sua própria operacionalidade. A presença estrangeira,



justificada em nome da estabilização e da reconstrução institucional, acabou por reproduzir dinâmicas de dependência política, econômica e militar — processo que será analisado na secção seguinte. A persistência da insegurança, os abusos de direitos humanos e o agravamento das condições socioeconômicas, contudo, alimentaram um crescente sentimento de rejeição popular e favoreceram o surgimento de novas alianças regionais. É nesse contexto que se deve compreender o declínio da intervenção liberal e a emergência de uma nova geopolítica de contestação no Sahel, marcada pelo afastamento das potências ocidentais e pela busca de parcerias alternativas.

DO ESGOTAMENTO DA PAZ LIBERAL A RECONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA NO SAHEL CENTRAL

A partir de 2020, a região do Sahel Central passou por uma reconfiguração política profunda, marcada pela erosão do modelo liberal de estabilização e pela ascensão de narrativas soberanistas e anticoloniais. O esgotamento das estratégias internacionais de segurança, associadas à França, à ONU e à União Europeia, somado à persistência da violência e ao agravamento das condições socioeconômicas, provocou uma crise de legitimidade das intervenções externas e das elites locais que as apoiavam. Nesse contexto, as sucessivas rupturas institucionais no Mali (2020–2021), Burkina Faso (2022) e Níger (2023) expressaram não apenas a contestação das populações à ineficácia das políticas de estabilização, mas também uma rejeição simbólica do modelo de paz liberal. Sob o discurso de recuperação da soberania e autonomia nacional, esses novos regimes militares reorientaram a política externa dos seus países, rompendo com antigas parcerias ocidentais e aproximando-se de novos atores, como a Rússia, a Turquia e a China. Essa transição assinala o início de uma nova configuração geopolítica no Sahel, na qual as dinâmicas de poder e os discursos sobre segurança, legitimidade e desenvolvimento contestam os modelos impostos desde o período colonial.

Os países do Sahel Central — Mali, Burkina Faso (antigo Alto Volta) e Níger — integravam a África Ocidental Francesa (AOF), colônia estabelecida por Paris no contexto da Partilha da África, no final do século XIX. Naquele momento, esses territórios foram submetidos a um regime de exploração econômica e controle político centralizado em Dakar (Senegal), e que atendia prioritariamente aos interesses da metrópole. A extração de matérias-primas, o uso de trabalho forçado e a imposição de novas fronteiras moldaram estruturas de dependência que persistiriam mesmo após as independências na década de 1960. A descolonização formal, no entanto, não significou uma ruptura efetiva com o sistema de



dominação anterior. Como apontam Borrel et al. (2021), o vínculo entre a França e suas ex-colônias evoluiu para um modelo de “*Françafrique*”, definido como uma aliança assimétrica entre elites francesas e africanas, que garantiu à França a manutenção de sua influência política, econômica e militar no continente. Para os autores, esse sistema neocolonial baseou-se na troca de apoio político e segurança de regime por acesso privilegiado a recursos estratégicos e contratos econômicos, consolidando uma rede de dependência mútua profundamente desigual. No caso do Sahel, essa relação se expressou pela presença militar francesa contínua, pelos acordos bilaterais de defesa e pela intervenção recorrente em crises políticas (Charbonneau, 2025).

O legado colonial, portanto, condicionou as dinâmicas de soberania e autonomia estatal da região, perpetuando a influência francesa e alimentando tensões internas em torno do significado de independência e autodeterminação. No entanto, como destaca Charbonneau (2024), a persistência da França como gendarme da África francófona deve ser compreendida também a partir da lógica da governança global, na qual esse espaço é construído e reconhecido como um domínio legítimo de intervenção de Paris. Desde o período colonial, passando pela Guerra Fria e culminando na chamada Guerra Global ao Terror, a França tem assumido o papel de potência tutelar e garantidora da segurança no espaço francófono, incluindo o Sahel. Para o autor, a permanência da França como *gendarme de l’Afrique* está enraizada em estruturas internacionais que naturalizam seu papel de guardiã da segurança africana, legitimando uma forma contemporânea de imperialismo liberal, disfarçada sob o discurso da cooperação e do combate ao terrorismo (Charbonneau, 2024). É nesse pano de fundo histórico que se deve compreender a atual contestação à presença estrangeira, cuja retórica de libertação e soberania nacional se ancora na rejeição desse sistema de dependência herdado da era colonial.

No contexto mais recente, a dimensão securitária foi central para o aprofundamento da presença estrangeira no Sahel, reforçando as relações de dependência militar entre os países sahelianos e as potências extrarregionais – em especial a ex-metrópole francesa. Como observa Sandnes (2024), a cooperação em defesa estruturada sob liderança externa tende a estrangular a capacidade decisória local, pois os Estados hospedeiros ficam subordinados às prioridades estratégicas das potências devido à sua superioridade tecnológica, logística e financeira. Essa assimetria se manifesta tanto na definição das regras de engajamento quanto na formulação das políticas de segurança, resultando em uma erosão da soberania prática dos governos locais. A dependência abrange desde os treinamentos e doutrinas militares, até o uso de sistemas de comunicação, armamentos avançados e apoio aéreo, o que mantém os exércitos nacionais

estruturalmente vulneráveis a pressões políticas e diplomáticas externas (Sandnes, 2024). No caso do Mali, essa condição tornou-se particularmente visível. Para Bagayoko (2024) existia um descompasso entre os objetivos estratégicos do governo maliano e os de seus parceiros internacionais: enquanto as autoridades de Bamako buscavam priorizar a unidade nacional e a soberania territorial, combatendo tanto grupos jihadistas quanto movimentos separatistas tuaregues no Norte, Paris tendia a tolerar ou instrumentalizar alguns desses grupos em nome da luta antiterrorista. Essa diferença de percepção e de prioridades securitárias alimentou ressentimentos nas elites militares locais, os quais se intensificaram antes mesmo do golpe de 2020.

Além da ampliação da dependência militar e securitária, e apesar dos esforços internacionais e da forte presença de forças estrangeiras, a crise de insegurança manteve-se como elemento estrutural no Sahel. Esse impasse tornou-se um dos principais motores do discurso soberanista adotado pelos novos governos militares, que canalizaram as frustrações populares diante do fracasso das estratégias de estabilização (Bagayoko, 2024). Embora algumas operações tenham obtido êxitos pontuais, como a neutralização de lideranças jihadistas, entre elas Adnan Abu Walid al-Sahraoui, do Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS), e Abdelmalek Droukel, da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM), a ameaça extremista continuou a se expandir. De acordo com o Global Terrorism Index (Institute For Economics & Peace, 2023), o Sahel tornou-se o epicentro mundial do terrorismo, concentrando 43% das mortes por atentados em 2022, com Burkina Faso e Mali entre os países mais afetados. O grupo Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), criado em 2017 a partir da fusão de facções insurgentes, foi o principal vetor dessa expansão (Moreno-Cosgrove, 2022). A intensificação dos ataques produziu uma grave crise humanitária, com mais de 23.500 civis mortos e 1,4 milhão de deslocados internos até 2022. A persistência da violência, mesmo em meio à presença militar estrangeira, reforçou a percepção de que as missões lideradas pela França fracassaram em garantir segurança e desenvolvimento, abrindo espaço para um rearranjo político e geopolítico na região (Moreno-Cosgrove, 2022).

Além do combate ao jihadismo, a presença estrangeira no Sahel também se expandiu sob o combate ao crime transnacional e, de forma velada, ao controle das migrações, integrando a região à agenda de segurança do eixo euro-atlântico. Após a queda de Kadafi em 2011, o Sahel Central tornou-se um importante corredor do tráfico de drogas, de armas e de pessoas, com impacto direto sobre a Europa. Segundo relatório do UNODC (2022), por exemplo, o trânsito de cocaína proveniente da América do Sul em direção ao mercado europeu triplicou

na África Ocidental entre 2019 e 2022. Entretanto, como observam Idahosa et al. (2023), o enfrentamento a essas redes foi estruturado sob uma lógica militarizada voltada à contenção dos efeitos para o Norte Global, e não à resolução das causas locais de insegurança. Essa ênfase na repressão da oferta nos países de trânsito, em detrimento da demanda nos países consumidores, reforçou a dependência securitária e manteve a região subordinada às prioridades das potências externas. De forma semelhante, a securitização das migrações inseriu o Sahel em uma política de contenção territorial a serviço da União Europeia. Como afirmou Josep Borrell, “a fronteira da Europa não está no Mediterrâneo, mas ao sul do Sahel” (Rémy, 2020). Essa estratégia, criticada por Fakhry (2023) e Gkliati e Kilpatrick (2022), transferiu para os governos sahelianos a função de “barreira de contenção migratória”, frequentemente em detrimento das populações locais. Assim, políticas concebidas fora da região contribuíram para agravar a crise social e securitária, revelando que, sob o pretexto de estabilização, o objetivo era controlar fluxos humanos e criminais em nome da segurança europeia.

A expansão da securitização dos assuntos do Sahel somou-se à crescente contestação das práticas operacionais das forças de segurança dos governos locais, frequentemente realizadas em cooperação com os contingentes estrangeiros presentes na região. Um episódio marcante ocorreu em janeiro de 2021, quando um relatório das Nações Unidas confirmou que um ataque aéreo francês, conduzido em coordenação com o governo do Mali, havia atingido uma cerimônia de casamento no vilarejo de Bounty, resultando na morte de 19 civis (ONU, 2021). Em outro incidente, em novembro do mesmo ano, soldados franceses abriram fogo contra manifestantes na cidade de Téra, no Níger, matando duas pessoas e ferindo dezoito (Balima; Irish, 2021). De acordo com a Human Rights Watch, a violência praticada por forças estatais, aliada à leniência das tropas estrangeiras, contribuiu para ampliar o ressentimento popular e facilitar o recrutamento por grupos armados. Esses atores insurgentes exploraram o ódio à presença estrangeira e a desconfiança em relação às autoridades locais para atrair novos combatentes que em sua maioria eram jovens marginalizados, privados de redes familiares e formas tradicionais de proteção social (Nsaibia, 2020).

A crise de segurança e legitimidade refletiu-se rapidamente na opinião pública e na sociedade civil organizada. No Mali, uma pesquisa realizada pelo Instituto Friedrich Ebert (2021) indicava que a maioria da população estava profundamente insatisfeita com a presença militar estrangeira. O descontentamento foi explorado pelos líderes militares que, tendo participado diretamente das operações antiterroristas, canalizaram o descontentamento popular e se apresentaram como representantes autênticos da soberania nacional. Desde a tomada do



poder, os líderes Goïta, Traoré e Tchiani passaram a defender um projeto soberanista, pautado no afastamento das antigas potências coloniais e na reconstrução autônoma do Estado. Em 2022, o governo francês anunciou a retirada de suas tropas do Mali, encerrando quase uma década da Operação Barkhane. No início de 2023, Burkina Faso solicitou oficialmente a retirada das forças francesas e revogou o acordo de defesa que permitia a presença de cerca de 400 soldados no país. Poucos meses depois, a França também foi obrigada a deixar o Níger, após o golpe de Estado e a suspensão dos acordos bilaterais de cooperação militar. No mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU decidiu pelo encerramento da MINUSMA, com retirada completa até janeiro de 2024, pondo fim a uma das mais longas missões de paz das Nações Unidas. Logo, após a retirada da ONU, os Estados Unidos anunciaram a saída de suas tropas do Níger, após a revogação dos acordos bilaterais de defesa pelo governo local. Essas decisões, marcam o desmantelamento da arquitetura internacional de segurança construída desde 2013.

As juntas militares, ao mesmo tempo em que se apresentaram como defensoras da soberania nacional, dialogaram com amplos setores da população, cujas frustrações se manifestaram em protestos de rua e mobilizações nas redes sociais. Segundo o Crisis Group (2023), esse apoio popular reflete a reapropriação de um discurso soberanista e anticolonial, baseado na crítica à dependência estrutural das potências estrangeiras e à subordinação das elites locais aos interesses externos. Assim, o colapso do modelo liberal abriu espaço para um novo projeto político e geopolítico no Sahel, articulado em torno da promessa de autonomia, dignidade e autodeterminação. Em 16 de setembro de 2023, os três governos anunciaram a criação da Aliança dos Estados do Sahel (AES), um pacto de defesa mútua voltado à proteção contra agressões externas e rebeliões armadas. No ano seguinte, em 2024, a aliança foi ampliada com o anúncio da Confederação dos Estados do Sahel (CES), iniciativa que busca consolidar a soberania nacional e promover o desenvolvimento integrado. Da mesma maneira, os novos governos intensificaram a aproximação com Rússia e China, sinalizando uma mudança histórica nas alianças internacionais da região, sobretudo nas áreas de segurança e defesa. Essa cooperação tem sido justificada pela ênfase comum no princípio da soberania como eixo da política externa e pela busca de diversificação estratégica das parcerias no Sahel Central. Não se trata de atores inteiramente novos, mas de potências que ampliaram recentemente sua atuação ao articular o legado das lutas africanas por independência nacional no século XX com a contestação de uma ordem mundial multipolar emergente.

Essas iniciativas regionais marcam uma reorientação estratégica profunda, sustentada por um amplo apoio popular e por um discurso de emancipação frente às antigas potências ocidentais. Ao romper com a tradicional cooperação euro-estadunidense, os governos sahelianos afirmam buscar uma autonomia estratégica regional, na tentativa de substituir a dependência externa por mecanismos próprios de segurança e desenvolvimento. Segundo seus líderes, a presença prolongada de forças estrangeiras e a subordinação a agendas internacionais de combate ao terrorismo resultaram em perda de soberania e limitação da capacidade decisória dos Estados locais, reproduzindo a lógica de militarização dependente. A formação de uma nova dinâmica nas relações internacionais do Sahel, portanto, simboliza não apenas uma tentativa de reorganização institucional, mas também uma ruptura discursiva e política com o modelo liberal de paz, inaugurando uma nova fase de redefinição das relações de poder no Sahel, em que a estabilidade é concebida não mais como produto da tutela internacional, mas como expressão de uma soberania reconquistada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de paz liberal, estruturado em torno da crença na democratização, no livre mercado e na intervenção humanitária como caminhos universais para a estabilidade, mostrou-se incapaz de responder às complexas dinâmicas do Sahel Central. Longe de promover segurança e desenvolvimento, a situação securitária deteriorou-se, enquanto as divergências políticas internas se intensificaram em um contexto já marcado por resistências anticoloniais. A falência dessas iniciativas abriu espaço para novas formas de contestação e de reconfiguração do poder, e as rupturas políticas ocorridas entre 2020 e 2023 expressam o esgotamento dessa lógica. A ascensão de regimes militares em Mali, Burkina Faso e Níger, bem como a criação da Aliança e, posteriormente, da Confederação dos Estados do Sahel, refletem o esforço de reconstruir a soberania a partir de uma perspectiva interna e regional. Essa transição simboliza a substituição gradual da tutela liberal ocidental por uma busca de autonomia estratégica, ainda que permeada por incertezas e por novas assimetrias nas relações com outros atores globais, como a Rússia e a China.

Do ponto de vista teórico, o caso do Sahel corrobora as críticas formuladas pelos estudos críticos de segurança, autores como Duffield (2001), Pugh (2004) e Richmond (2006), ao demonstrar que a paz liberal opera menos como um projeto emancipatório e mais como um instrumento de poder voltado à gestão das periferias do sistema internacional. No contexto saheliano, essa “paz securitária” consolidou uma militarização permanente, mascarada pelo



discurso da estabilização e da assistência. Assim, o declínio da intervenção liberal deve ser interpretado como um ponto de inflexão na competição interestatal contemporânea. Longe de representar uma simples redistribuição de alianças, ele indica uma transformação mais profunda na legitimidade das normas e instituições que sustentaram o liberalismo global no pós-Guerra Fria.

Cabe destacar que o aumento da presença de atores extrarregionais, como Rússia e China, acende um alerta para o risco de substituição de uma dependência por outra. O grande desafio que se impõe aos governantes sahelianos é utilizar a competição entre os eixos sino-russo e euro-estadunidense de modo estratégico, transformando-a em oportunidade para o fortalecimento das capacidades nacionais e a construção de autonomia efetiva. Por outro lado, a persistente fragilidade securitária continua sendo o principal obstáculo à consolidação desse projeto. Episódios recentes como o bloqueio imposto pelo grupo armado JNIM à Bamako, em outubro de 2025, evidenciam a vulnerabilidade dos governos locais e o risco de erosão de sua legitimidade. A ausência de resultados tangíveis no curto prazo pode aprofundar a dependência de potências externas na área de defesa, como demonstra o emprego do grupo Wagner na região, configurando um novo ponto de estrangulamento da soberania e da autonomia estatal.

Mais do que interpretar as transformações no Sahel com otimismo excessivo, é necessário reconhecer as contradições e ambiguidades que atravessam esses processos de autonomia estratégica. As mutações da conjuntura internacional, como as mudanças no primeiro ano do segundo mandato de Donald Trump, introduzem novas incertezas. A reorientação da política externa norte-americana, centrada na competição sino-estadunidense e no controle de matérias-primas críticas, tende a reforçar a disputa por recursos no continente africano. O recente acordo de paz entre Ruanda e a República Democrática do Congo, que garantiu aos Estados Unidos acesso privilegiado a minerais estratégicos, ilustra a intensificação dessa corrida. Nesse contexto, o Sahel corre o risco de se tornar novamente um espaço de competição geoeconômica, onde a busca por soberania se confronta com as forças estruturais da dependência global.

REFERÊNCIAS

ACLED, Conflict in the Sahel. Disponível em: <https://acleddata.com/region/conflict-sahel>. Acesso em 08 nov. 2025.

BAGAYOKO, N.. La Politique de stabilisation prônée par la France au Sahel et ses conséquences », in Afrique : um Sentiment antifrancês? **Revue Internationale et Stratégique**, Armand Colin, Paris, 2024, p.121-130.



- BALIMA, B., IRISH J., At least two killed, 18 wounded as French convoy faces new protests in Niger. **Reuters**. 2021, <https://www.reuters.com/world/europe/french-convoy-faces-new-protests>. Acesso em: 15 de ago. 2025.
- BANDEIRA L. A. M. **A Segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BELLAMY, A J.; WILLIAMS, P D. **Understanding peacekeeping**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2010.
- BORREL T, et al, **L'Empire qui ne veut pas mourir - Une histoire de la Franceafrique**. Paris: Seuil, 2021, p.23-43, epub.
- CASSINI, N; DESGRAIS, N. **L'opération Barkhane**, un impératif de puissance pour la France, 2015, Disponível em: <https://www.diploweb.com/L-operation-Barkhane-un-imperatif.html>. Acesso em 08 nov. 2025.
- CHARBONNEAU, B. The durability of the Gendarme de l'Afrique: from empire to fighting terrorism. In: CHAFER, Tony; MAJUMDAR, Margaret A. (ed.). **Routledge Handbook of Francophone Africa**. Abingdon: Routledge, 2024. p. 57–70. DOI: 10.4324/9781351142168-5.
- CORTEN O.; KRITSIOTIS D.; FOX, GH. Intervention by Invitation: The Expanding Role of the UN Security Council. In: **Armed Intervention and Consent**. Max Planck Trialogues. Cambridge University Press; 2023:101-178.
- DOYLE, M W. **Ways of war and peace: Realism, liberalism, and socialism**. New York: W. W. Norton, 1997.
- DUFFIELD, M. **Global governance and the new wars: the merging of development and security**. London: Zed Books, 2001.
- FAKHRY, A. More than borders: effects of EU interventions on migration in the Sahel, Institute for Security Studies, **West Africa Report 43**, 2023, Disponível em: <https://issafrica.org/research/west-africa-report/more-than-borders-effects-of-eu-interventions-on-migration-in-the-sahel>. Acesso em 08 nov. 2025.
- FAKHRY, Y. **The Externalization of EU Borders and Its Impact on West African Societies**. Brussels: EuroMed Rights, 2023. Disponível em: <https://euromedrights.org>. Acesso em: 8 nov. 2025.
- FRANCE 24, France in Mali: **A year of hunting jihadists in West Africa**, 2014, Disponível em: <https://www.france24.com/en/20140111-france-mali-military-intervention-operation-serval-anniversary-timeline>. Acesso em 08 nov. 2025.
- FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GASSAMA, El H. S. Pressentiments, sentiments et ressentiments antifrçais : itinéraire d'un passé qui ne passe pas. **Revue Internationale et Stratégique**, Paris, 2024, p.97-104.
- GKLIATI, M.; KILPATRICK, C. Frontex and the Securitization of Migration in Africa. **European Journal of Migration and Law**, v. 24, n. 3, p. 245–267, 2022.
- IDAHOSA, O.; AKINSANYA, F.; MOHAMED, I. Transnational Crime and Security in the Central Sahel: Militarization, Dependency and the EU's Externalization Agenda. **Journal of African Security Studies**, v. 15, n. 2, p. 101–120, 2023.
- INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index 2023: Measuring the Impact of Terrorism**, Sydney, March 2023, Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2023/12/GTI-2023>. Acesso em 08 nov. 2025.



INSTITUTO FRIEDRICH EBERT, **Que pensent les Maliens ?**, FES, June 2021, p. 51-59. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mali/10100/2021-12.pdf>. Acesso em 08 nov. 2025.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, O Sahel em busca da soberania, **Dossiê** n. 91, 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-sahel-alliance-sovereignty/>. Acessado em: 17 ago. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Le tournant souverainiste au Mali: ajuster la trajectoire. **Rapport Afrique de Crisis Group** N°315, 3 décembre 2024, Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/sites/default/files/2024-12>. Acesso em 08 nov. 2025.

KEENAN, J. **The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa**. London :Macmillan, 2013.

LEJEAL F. La Françafrique et ses ramifications contemporaines : une influence en desherence», **Revue Internationale et Stratégique**, Paris, 2024, p113-119.

MORENO-COSGROVE, N. France's unattainable counterterrorism mission in the Sahel, **Elcano Royal Institute** 2022. Disponível: <https://www.realinstitutoelcano.org/en/commentaries/frances-unattainable-counterterrorism-mission>. Acesso em: 16 ago. 2025.

NORWEGIAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS (NUPI). *MINUSMA's 2021 mandate renewal in uncertain times*. Oslo: **NUPI**, 2021. Disponível em: https://www.nupi.no/content/pdf_preview/28363/file/EPON-MINUSMA-II-Report.pdf. Acesso em: 08 nov. 2025.

OLLIVIER B. Dix ans après la déclaration d'indépendance de l'Azawad, la gouvernance des anciens rebelles dans le nord du Mali, **Le Rubicon**, 2022, Disponível em: <https://lerubicon.org/dix-ans-apres-la-declaration-dindependance-de-lazawad-la-gouvernance-des-anciens-rebelles-dans-le-nord-du-mali/>. Acesso em 08 nov. 2025.

PARIS, R. **At war's end: Building peace after civil conflict**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PUGH, M. Peacekeeping and critical theory, **International Peacekeeping**, 2024, v.11, n.1, p. 39-58, Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1353331042000228445>. Acesso em: 08 nov. 2025.

RÉMY, J-P. Josep Borrell : La frontière de l'Europe n'est pas en Méditerranée, mais au sud du Sahel. **Le Monde**, 2020. Disponível em: https://www.lemonde.fr/afrique/article/2020/02/28/tout-le-monde-parle-de-la-chine-en-afrique-mais-la-presence-europeenne-y-est-beaucoup-plus-importante_6031214_3212.html. Acesso em: 08 nov. 2025.

RICHMOND, O P. The problem of peace: understanding the 'liberal peace'. **Conflict, Security & Development**, London, v. 6, n. 3, p. 291-314, 2006. DOI: 10.1080/14678800600933480.

SAINT-PIERRE H.; SILVA D. L, Dependency theory in peace and defense studies, **Conjuntura Internacional**, 2021, v.18 n.3, p.31 - 39.

SANDNES M. The effect of asymmetric interdependence on the outcomes of military cooperation in the Sahel. **Cooperation and Conflict**, v.59, n.3, 405-424, 2024, <https://doi.org/10.1177/00108367231184717>.

SANDNES, M. The relationship between the G5 Sahel Joint Force and external actors: a discursive interpretation. Canadian Journal of African Studies. **Revue canadienne des études africaines**, v. 57, n. 1, p. 71-90, 2023. DOI: 10.1080/00083968.2022.2058572.

SIMURA B. West Africa's post 2020 coups and decoloniality. **Cogent Social Sciences**, 2024, v. 10, n. 1, <https://doi.org/10.1080/23311886.2024.2409296>.



UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC), **Impact of Transnational Organized Crime on Stability and Development in the Sahel**, 2024. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta_sahel. Acesso em 08 nov. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report 2022**. Vienna: United Nations, 2022. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/data-and-analysis/world-drug-report-2022.html>. Acesso em: 8 nov. 2025.

UNITED NATIONS, “**UN investigation concludes French military airstrike killed Mali civilians**”, 2021, disponível em: <https://news.un.org/en/story/2021/03/1088722>. Acesso em 08 nov. 2025.

UNITED NATIONS. **An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping**. Nova York: United Nations, 1992. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/145749?v=pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

UNITED NATIONS. **MINUSMA**. United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali.: United Nations, 2025. Disponível em: <https://minusma.unmissions.org/en/history>. Acesso em: 08 nov. 2025.

VISENTINI, P. F, *et al.* **História da África e dos Africanos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020.

WAPMUK, S. AKINKWOTU, O. The Dynamics of Africa In World Affairs: From Afro- Pessimism To Afro-Optimism?. **Brazilian Journal of African Studies**, , v. 2, n. 4, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/75450>. Acesso em: 11 out. 2025.

WORLD BANK. **Governance and Development: Report No. Sec M91-820**. Washington, D.C.: World Bank, 1992. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/curated/en/711471468765285964/pdf/multi0page.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

WULF, H. Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts. In: NEUMAN, S.; HARKAVY, R. (eds.). **Arms Transfers in the Modern World**. New York: Praeger, 1979.